

FACULDADE DOCTUM DE JOÃO MONLEVADE
CINARA LUISA SOUZA VENTURA

**MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA
MULHERES: ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO NOS GOVERNOS DE FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA E DILMA ROUSSEFF.**

João Monlevade
2018

CINARA LUISA SOUZA VENTURA
FACULDADE DOCTUM DE JOÃO MONLEVADE

MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA MULHERES: ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO NOS GOVERNOS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA E DILMA ROUSSEFF.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Direito da Faculdade de Direito da Faculdade Doctum de João Monlevade, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Direito.

Área de Concentração: Direito Constitucional.

Prof. Orientador: Msc. Filipy Salvador Pereira Bicalho.

João Monlevade
2018

FACULDADE DOCTUM DE JOÃO MONLEVADE

FOLHA DE APRESENTAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso cognominado: MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA MULHERES: ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO NOS GOVERNOS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA E DILMA ROUSSEFF, elaborado pela aluna CINARA LUISA SOUZA VENTURA foi aprovado por todos os membros da Banca Examinadora e aceita pelo curso de Direito da Faculdade Doctum de João Monlevade, como requisito parcial da obtenção do título de

BACHAREL EM DIREITO.

João Monlevade, ____ de _____ 2018.

Filipy Salvador Pereira Bicalho
Prof. Orientador

Nome Completo
Prof. Examinador 1

Nome Completo
Prof. Examinador 2

Dedico não apenas esta, mas sim todas as minhas conquistas e as futuras que acredito que estão por vir, à minha mãe Terezinha, ao meu irmão Pedro, Bento e a todos que estiveram presentes em todos os momentos durante esses cinco anos de vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, a todos os santos e a todas as divindades que me concederam saúde física e mental para não desistir nos momentos difíceis, de modo que consegui superar todas as provas com louvor.

Agradeço a mamãe e meu irmão, pelo apoio incentivo, compreensão e puxões de orelha durante esse período acadêmico.

Agradeço ao Bento que sempre aparecia para tirar meu estresse quando eu estava brava com algo.

Obrigado Aline, Bárbara, Cayque, Karine, Márcia, e dentre outros amigos que fiz na faculdade pelo apoio, bem como as minhas amigas Grazielle, Juliene e Tábata, que me auxiliaram e me motivaram a conseguir vencer mais uma etapa na minha vida, levarei vocês para sempre em meus pensamentos.

Ao professor Filipy Salvador Pereira Bicalho pela orientação impecável, confiança e apoio.

Aos professores o qual tive o prazer de conviver e me aproximar durante esses cinco anos, os quais tiveram muita dedicação e responsabilidade para transmitir seus conhecimentos.

Enfim a todos que contribuíram para que eu conseguisse confeccionar esse trabalho.

Vou reerguer o meu castelo
Ferro e martelo
Reconquistar o que eu perdi
Eu sei que vão tentar me
destruir
Mas vou me reconstruir
Voltar mais forte que antes.
(FALCÃO, 2018. Pesadão)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF/88	Constituição Federal da República de 1988
DEMS	Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FHC	Fernando Henrique Cardoso
PAB	Piso Assistencial Básico
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

RESUMO

Caracterizam-se como movimentos sociais uma iniciativa pública, composta por um grupo de pessoas que possuem os mesmos ideais, um projeto que engloba todos os propósitos da manifestação e a escolha de uma pessoa que toma frente e a palavra de todos os manifestantes, nomeado como líder. A partir disso, este grupo dirige-se as ruas ou um lugar específico e inicia as reivindicações de direitos e exposição de suas insatisfações sociais e políticas, aspirando que o Estado ou governo “ouça” o clamor social e tome providências. Em relação as providências, pode a entidade estatal elaborar um complexo de ações e decisões que visam sanar as insatisfações evidenciadas pelos manifestantes através do movimento social, podendo ser denominadas como Políticas Públicas. Assim, o presente estudo tem por finalidade evidenciar a historicidade dos movimentos sociais, sua evolução e divisão no que se refere a gênero, primeiramente na esfera internacional, para após adentrar aos movimentos comandado por mulheres no Brasil, a partir do Brasil Colônia, construindo uma linha do tempo do marco de conquistas femininas até os anos 2000, salientado a importância dos movimentos sociais para as implementações das políticas, para ao final analisar as políticas públicas femininas elaboradas pelos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016).

Palavras-Chave: Políticas Públicas. Mulheres. Movimentos Sociais.

ABSTRACT

Social movements are characterized as a public initiative, composed of a group of people who have the same ideals, a project that encompasses all the purposes of the demonstration and the choice of a person who takes front and the word of all demonstrators, named as leader. From this, this group goes to the streets or a specific place and initiates the claims of rights and exposition of its social and political dissatisfactions, aspiring that the state or government "hears" the social clamor and takes measures. In relation to the measures, the state entity can elaborate a complex of actions and decisions that seek to remedy the dissatisfactions evidenced by the demonstrators through the social movement, and can be denominated as Public Policies. Thus, the purpose of this study is to highlight the historicity of social movements, their evolution and gender division, first in the international sphere, after entering the movements led by women in Brazil, from Brazil Colônia, building a the importance of social movements for the implementation of policies, in order to analyze the feminine public policies elaborated by the governments of Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) and Dilma Rousseff (2011-2016).

Keywords: Public Policy. Women. Social Movements.

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	12
2.1 História dos Movimentos Sociais.....	15
2.2 Revolução Francesa.....	15
2.3 Revolução Industrial.....	15
2.4 Movimento Social e a Divisão por Gênero.....	17
2.5 Segunda Guerra Mundial.....	17
2.6 Pós-guerra.....	17
2.7 Movimentos Sociais Femininos no Brasil.....	19
2.8 Brasil Colônia (1500-1822).....	19
2.9 Brasil Império (1822-1889).....	19
2.10 Século XX.....	20
3 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	24
3.1 Origem.....	25
3.2 Conceito.....	25
3.3 Como é Elaborada uma Política Pública?.....	26
3.4 Identificação do problema.....	26
3.5 Formulação de agenda.....	28
3.6 Formulação de políticas.....	29
3.7 Tomada de Decisões.....	30
3.8 Implementação de Políticas Públicas.....	32
3.9 Avaliação.....	35
4 Análise da Implementação de Políticas Públicas nos Governos FHC, Lula e Dilma Rousseff.	38
4.1 Mãos à Obra Brasil – Proposta de Governo de FHC (1994).....	38
4.1.1 Avança Brasil – Mais 4 anos de desenvolvimentos para todos. Proposta de	

Governo de FHC (1998)	42
4.2 Programa de Governo 2002 Coligação Lula Presidente – Compromisso com as Mulheres	43
4.2.1 Lula de novo com a Força do Povo – Programa de Governo em 2007	47
4.3 Os 13 Compromissos Programáticos de Dilma Rousseff para Debate da Sociedade Brasileira – Programa de Governo de 2010.....	48
4.3.1 Mais Mudanças, Mais Futuro – Programa de Governo de Dilma Rousseff em 2014.....	50
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO

O presente tema deste estudo partiu do anseio de estudar os movimentos sociais no mundo, mais precisamente a luta feminina no âmbito social através dos movimentos sociais no Brasil. Não obstante, será analisada as ações do Estado para atender o clamor social, elegendo como técnica do Estado a ser trabalhada neste estudo a política pública, evidenciando sua origem, desenvolvimento e a importância da sua implementação no núcleo social.

Para tanto, a pesquisa será direcionada para uma análise de evolução dos pleitos das mulheres nos movimentos sociais conforme os anos, de modo a evidenciar as políticas públicas femininas efetivadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, evidenciando possíveis mudanças que essas políticas causaram no poder legislativo brasileiro, analisando as alterações que a Constituição Federal de 1988, a Consolidação das Leis Trabalhistas, o Código Civil e Código Processual Civil de 2015 sofreram com o poder da voz feminina.

A análise em questão tem como principais questões a verificação acerca de como ocorre a efetivação de uma política pública por meio de movimentos sociais, mais especificamente por movimentos sociais femininos. Qual peso desses movimentos? Qual a capacidade de deixarem de ser atos políticos para se tornarem agenda e posteriormente uma realidade social e jurídica?

Importante frisar que a escolha da análise dentro do período de governo de Fernando Henrique Cardoso e Dilma Rousseff, tendo dois referenciais: Primeiro por se tratarem de ideologias e partidos diferentes (PSDB e PT), segundo ao se tratar de um presidente homem e uma presidente mulher. Entendeu-se que diante da impossibilidade de analisar todos os últimos governos desde a redemocratização do país, as características acima apontadas, quanto a projeto político e gênero, ajuda a melhor entender porque alguns anseios e movimentos são considerados ou não na escolha de uma agenda política. Considerando, assim, que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (compreendido entre o período dos outros dois analisados) tratava-se de um governo eleito dentro do mesmo partido que Dilma Rousseff, sua sucessora, escolheu-se intercalar a análise e fazê-la considerando o governo o último governo anterior ao PT, no caso, o de Fernando Henrique Cardoso.

Observa-se que se entende por movimento social a prática realizada por um grupo de pessoas que visam expor alguma carência no núcleo social, bem como manifestar seus direitos, a fim de que o Estado tome uma providência acerca do protesto. Desta forma, alguns estudiosos afirmam que os movimentos sociais são desde a época de Cristo, considerando que o Cristianismo é o “movimento de Jesus”.

Os movimentos sociais possuem papel relevante no que tange ao auxílio da implementação das políticas públicas, pois a partir do clamor social, o Estado intervém à sociedade a fim de analisar determinada demanda, de modo a optar por omitir ou elaborar uma forma de sanar o problema.

Ainda sobre os movimentos sociais, o primeiro marco de divisão deste por gênero, deu-se quando Olympe de Gouges apresentou a Assembleia da França a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, após ter sido originado um documento que regia sobre os direitos do homem e do cidadão, ao ter vista deste documento apresentado por Gouges, o tribunal francês entendeu por bem condenar Gouges a guilhotina por ter se interessado nos assuntos da república esquecendo-se das virtudes de seu gênero.

Mais tarde, após este acontecimento, alguns movimentos de cunho feminino ganharam conhecimento, como na era do Brasil Império, quando a escritora Dionísia Gonçalves Pinto foi pioneira no que se refere as causas femininas no Brasil e na América Latina, escrevendo jornais e livros sobre as mulheres. Não obstante, nos anos 60 a invenção da pílula anticoncepcional foi um grande marco para as conquistas femininas, embora tenha sido criada por um cientista, a ideia partiu de duas mulheres. No âmbito brasileiro, após muita luta foi conquistado o direito a igualdade salarial e inserção das mulheres no serviço público, a criação do jornal “Brasil Mulher”, a aprovação da Lei nº 6.515 que rege sobre o divórcio, a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, bem como o Decreto 21076 que regulamentava a candidatura da mulher e o voto e a aprovação da Lei nº13.105 que insere como qualificadora o fato de assassinar uma mulher por razão da condição de seu sexo feminino.

Haja vista os resultados dos movimentos sociais evidenciados acima, nota-se que o Estado optou por tomar providências a fim de sanar o problema clamado pela sociedade feminina, podendo considerar que uma das técnicas desenvolvidas para tal foi a criação e implementação das políticas públicas que são um aglomerado de

decisões e procedimentos elaborados por um ente estatal para aplicar em uma determinada esfera no núcleo social a fim de sanar certo problema ou carência.

Assim sendo, o primeiro ponto a ser tratado no estudo serão os movimentos sociais, inicialmente sendo abordados de forma geral, de modo a explanar sobre os movimentos que marcaram o mundo.

O segundo ponto deste primeiro capítulo, será abordar a divisão por gêneros dos movimentos sociais e o que as mulheres desejam àquela época, de modo abranger as algumas conquistas femininas no âmbito de alguns países e, por fim, no Brasil.

O segundo capítulo, será redigido visando apresentar ao leitor como nasce e para que serve uma política pública, apresentando todos os seus procedimentos, desde a identificação do problema e até a avaliação de sua implementação no meio social.

O terceiro capítulo basear-se-á em analisar a implementação das políticas públicas femininas nos governos de Fernando Henrique Cardoso a Dilma Rousseff, e o que estas ocasionaram no Poder Legislativo brasileiro, para ao final realizar breves ponderações sobre o crescimento da luta feminina brasileira e sua importância na sociedade e no âmbito jurídico.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS

Este capítulo percorrerá a historicidade dos movimentos sociais, apontando as principais referências quanto à origem e causas, bem como evidenciando como ocorreu a separação dos movimentos sociais por sexo, nascendo o movimento social realizado por mulheres, para então explicar, ato contínuo, especificamente, os movimentos femininos no Brasil e sua evolução.

2.1 História dos Movimentos Sociais

Não se sabe ao certo quando ocorreu o primeiro movimento social no mundo, no entanto François Houtart alega que no tempo de Jesus Cristo já havia movimentos sociais. Seguindo esta perspectiva, o teólogo Ruben Dri entende que o Cristianismo é uma espécie de movimento social, mais precisamente o “movimento de Jesus”.

2.2 Revolução Francesa

Como visto anteriormente, alguns historiadores fazem referência ao início dos movimentos sociais ainda durante o período de Cristo. Porém o movimento social mais conhecido depois de Cristo, e que deu oportunidade para outros movimentos se desencadearem foi a Revolução Francesa, que ocorreu no dia 17 de junho de 1789, quando camponeses e plebeus revoltaram-se com a burguesia francesa que visava expandir a indústria no país, limitando a autonomia do comércio internacional, esquecendo a evidente desigualdade social e econômica que assolava o país. Não obstante, os ideais do Iluminismo e a má gestão financeira do Rei Luís XVI contribuíram para a revolução, que perdurou por 10 anos, mas que renderam bons frutos, principalmente o reconhecimento do poderio popular e a conquista do direito de primeira dimensão, a liberdade.

2.3 Revolução Industrial

No século XVII, a primeira máquina a vapor foi construída na Inglaterra. A máquina de vapor, dentre outras máquinas, foram inventadas com o intuito de

poupar o tempo de labor do ser humano e expandir a produção de mercadorias. Porém, no que tange ao crescimento na produção e aumento na riqueza dos empresários, esta se dava não só pelas máquinas, mas também pela escravização de pessoas, pagamento de salários irrisórios às horas trabalhadas pelos empregados, bem como a implementação de tratados que a Inglaterra fazia com os países mais pobres, visando extrair mais dinheiro.

Como o mercado industrial estava crescendo de forma considerável, os camponeses tiveram que deixar os campos e ir trabalhar nas indústrias, criando uma classe social: o proletariado. Com o tempo, as indústrias estavam tomando o espaço de todos os tipos de trabalhos possíveis, principalmente o artesanato, pelo fato de as máquinas tecerem mais rápido que um ser humano. Os homens e mulheres tinham de se submeter a jornadas exaustivas de 14 a 16 horas por dia, enquanto as crianças trabalhavam de 10 a 12 horas por dia, e ainda não atingiam o mesmo nível de eficiência e produção que as máquinas.

Com isso, a primeira forma de manifestação vista neste período foi o Ludismo, grupos de empregados adentravam nas indústrias e destruíam as máquinas. Além disso, o Ludismo conseguiu impedir que os empregadores reduzissem os salários dos trabalhadores por medo de greves.

Outrossim, o Ludismo abriu portas para outras organizações operárias, como o sindicato e o movimento cartista. Este último era executado por um grupo de pessoas que transcreviam as chamadas “Cartas do Povo” para o parlamento inglês, solicitando o direito ao voto, porém apenas para os homens, sendo tal direito concedido apenas em 1867.

Destarte, durante o período da Revolução Industrial foi implantado o Parlamento, onde se criou uma lei que impedia qualquer tipo de ajuda financeira do governo aos pobres, alegando que ajudar os pobres contribuiria mais para o aumento populacional de pessoas pobres, e que a falta de ajuda financeira governamental motivaria as pessoas pobres a procurarem por emprego.

Contudo, com a Revolução Industrial, os camponeses se adaptaram com as indústrias, de modo a continuar no campo e valorizada as riquezas da terra e do artesanato, enquanto aqueles que moravam nas cidades viviam sob condições precárias, tanto financeiras como higiênicas. E os pesquisadores a produção de máquinas e indústrias para desenvolverem mais tecnologias para os equipamentos

já formulados, bem como para expandir em outras áreas como a fotografia e locomotivas a vapor.

2.4 Movimento Social e a Divisão por Gênero

Durante a Revolução Francesa vista no tópico 2.2, foi elaborado um documento denominado de Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, porém este registro tutelava apenas os direitos das pessoas correspondentes ao sexo masculino, não sendo contempladas as mulheres por este direito.

Tentando reivindicar e estabelecer a igualdade entre sexos, em 1791, Olympe de Gouges, vulgo, Maria Gouze, apresentou à Assembleia Nacional da França, a Declaração dos Direitos das Mulheres e da Cidadã. Todavia, no dia 7 de novembro de 1793, Olympe foi condenada a guilhotina, e a sentença proferida alegavam que ela “se imiscuiu nos assuntos da República, esquecendo-se das virtudes de seu sexo”.

2.5 Segunda Guerra Mundial

Durante a Segunda Guerra Mundial houve a contratação de mulheres nas indústrias que fabricavam armas, visando o aumento na produção bélica. Contudo, indiretamente este trabalho contribuiu para o nascimento de novas oportunidades, deixando de lado o pensamento que elas eram apenas “mulheres do lar”. Nessa linha de pensamento, um cartaz elaborado em 1943 virou símbolo desse movimento. O mesmo continha um desenho de uma mulher operária mostrando os músculos com a seguinte frase acima da gravura: “We Can Do It”, no português “nós podemos fazer isso”. Este cartaz criado por J. Howard Miller foi exibido para os trabalhadores da Westinghouse, tencionando aumentar a estima dos empregados durante a Segunda Guerra Mundial.

2.6 Pós-guerra

Após o final da Segunda Guerra Mundial, a sociedade começou a compreender que a mulher possuía capacidade em conquistar outros campos além do doméstico e, a partir disso, as mulheres voltaram a manifestar, reivindicando seus

direitos e conquistando coisas jamais imaginadas, como exemplo, na época dos anos 60, mais precisamente no dia 18 de agosto de 1960, a pílula anticoncepcional chegou aos mercados dos Estados Unidos, e foi consagrado como “um dia histórico e um tremendo passo à frente”.

Contudo, no que tange a criação do anticoncepcional, embora tenha sido um homem, o cientista Gregory Pincus que produziu e divulgou determinado remédio, esta ideia originou-se de duas mulheres, quais sejam Margaret Sanger e Katherine McCormick, que pretendiam criar um método barato e eficaz que evitasse a gravidez, então convidaram o cientista para realizar o feito. Durante o período de criação do anticoncepcional era proibido nos Estados Unidos remédios contraceptivos, logo, tendo o cientista que alegar nos tempos que pesquisa que determinada medicação era para aliviar o mal-estar no ciclo menstrual.

Não obstante, a ativista feminista e ex-dona de casa Betty Naomi Goldstein, lançou em 1963 o best-seller “The Feminine Mystique” (A Mística Feminina), este livro foi resultado de uma pesquisa realizada entre mulheres solteiras, casadas, universitárias, profissionais de diversas áreas, em locais psiquiátricos e estabelecimentos de ensino, etc., vislumbrando localizar o que causava o sentimento de marasmo e vazio existencial nas mulheres americanas na década de 1950, tal sentimento que a autora do livro também abarcava.

Neste íterim, o livro disserta sobre o papel da mulher na ocupação de dona de casa e na sociedade. Nos anos 60, a recorrente procura de mulheres a centros psicológicos e psiquiátricos, motivaram os profissionais da saúde em estudar sobre o porquê das mulheres terem os mesmos sintomas evidenciados pela autora em seu livro, e chegaram a conclusão que as mulheres daquela época não tinha objetivos, tampouco expectativa de vida e que basicamente viviam para sua família, que “sentiam imenso amor por seus filhos, maridos e suas casas, mas no fundo, reconheciam que não passavam de copeiras, cozinheiras e arrumadeiras. Nesta época, destacou a autora, que muitas importavam-se basicamente com frivolidades e, cerca de 60% das universitárias, por exemplo, abandonavam os cursos por medo de que a cultura adquirida fosse um obstáculo para o casamento. Assim, a maioria das acadêmicas estavam plenamente conscientes que não utilizariam em suas vidas aquilo que estavam estudando, pois, logo seriam mães e esposas”.

Ante a produção da pílula anticoncepcional e um livro que denotava e evidenciava o sentimento e angústia e vazio existencial feminino, deu-se a década

de 1960 como a fase da “evolução sexual”, onde a produção do contraceptivo estava em massa e novas ondas juvenis e liberais, como o movimento Woodstock, hippie, movimentos sociais estudantis e o feminismo ganhavam espaço na sociedade.

2.7 Movimentos Sociais Femininos no Brasil

De acordo com site brasil.gov, a história do movimento feminista possui três grandes momentos. O primeiro foi motivado pelas reivindicações por direitos democráticos como o direito ao voto, divórcio, educação e trabalho no fim do século XIX. O segundo, no fim da década de 1960, foi marcado pela liberação sexual (impulsionada pelo aumento dos contraceptivos). Já o terceiro começou a ser construído no fim dos anos 70, com a luta de caráter sindical.

Sendo essas a principal marcação do movimento feminista no mundo, este tópico tratará especificamente acerca da trajetória e conquistas do movimento social feminista no Brasil.

2.8 Brasil Colônia (1500-1822)

Nesta época, a luta pela conquista de direitos femininos e a igualdade das minorias sociais caminhavam juntos, porém pouco se foi conquistado perante a cultura machista e repressiva que possuía o país. Todavia, o que objetivava ser alcançado no país era o direito à educação, divórcio, vida política e inserção ao mercado de trabalho.

2.9 Brasil Império (1822-1889)

Neste período foi concedido às mulheres brasileiras o direito à educação da mulher, graças a Dionísia Gonçalves Pinto, mais conhecida como Nísia Floresta. Nísia foi educadora, poetisa, escritora e pioneira às causas feministas na América Latina e no Brasil, bem como lutou também pela abolição da escravatura, liberdade religiosa e pelos indígenas.

No ano de 1831, Nísia publicou em um jornal pernambucano, um conjunto de artigos que abordavam sobre a conjunção feminina, denominado como Espelho das Brasileiras.

Em 1832 lançou seu primeiro trabalho, o livro “Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens”¹, onde se baseou na feminista Mary Wollstonecraft. Nísia confeccionou este livro em cinco capítulos denominando-os da seguinte forma: capítulo I - Que caso os homens fazem das mulheres, e se é com justiça; Capítulo II - Se as mulheres são inferiores ou não aos homens quanto ao entendimento; Capítulo III - Se as mulheres são naturalmente capazes de ensinar as ciências ou não? e Conclusão. No trecho a seguir, a autora faz alusão da mulher se escrava do homem sem haver necessidade para tal:

Que personagens singulares! Não são eles bem dignos de tão alta preeminência! Exigir uma servidão a que eles mesmos não têm coragem de se submeter, de um sexo, que sua vaidade qualifica com o título de – vasos frágeis –, e querer que lhes sirvamos de ludíbrio, nós, a quem eles são obrigados a fazer a corte e atrair em seus laços com as submissões as mais humilhantes! Têm porventura eles alguns títulos para justificar o direito com que reclamam os nossos serviços, que nós igualmente não tenhamos contra eles? Têm um protesto tão plausível para dominar sobre nós, como sobre aqueles selvagens, que sua inocente segurança tem privado do poder de se oporem a suas violências e injustiças? Entretanto, a maior parte de nosso sexo, assaz frágil para se deixar vencer pela piedade, por suas carícias e por seu desespero afetado, não tem encontrado o despojo de sua dissimulação, o engano de sua inocência e de seu bom coração? Quantas mulheres há que, depois de haverem confiado a sua liberdade a um esposo, encontram bem cedo o cordeiro transformado em tigre, e então se acham no caso de invejar a sorte de um escravo sujeito a um tirano sem piedade? (Nísia Floresta, p.86, 1832.).

Importante observar que neste período os movimentos sociais não se davam apenas nas ruas e sim em outros locais de maior visibilidade como os livros.

Mais tarde, mudou-se para o Rio Grande do Sul aonde conduziu uma escola para meninas. Tendo que partir para a Europa após sua filha se acidentar, Nísia confeccionou o chamado “Opúsculo Humanitário” uma grade de artigos que regiam sobre a emancipação feminina, o qual Auguste Comte disparou elogios.

2.10 Século XX

A partir do século XX algumas mudanças começaram a ser executadas em relação ao mercado de trabalho feminino. O ano de 1907 foi marcado pela primeira greve geral do país liderada por mulheres, em uma fábrica de têxtil em Mooca, São Paulo. Nesta manifestação os trabalhadores, sendo que grande parte era de

¹ Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4711.pdf>>

mulheres trabalhadoras, solicitavam o aumento dos salários e a diminuição das jornadas de trabalho, para 08 horas diárias, que até o presente momento não era previsto em lei. Em semanas, a greve espalhou por várias áreas da economia e em alguns estados do país, como Porto Alegre e Rio de Janeiro.

Em 1917 ocorreu a chamada Greve Geral de 1917, onde trabalhadores reivindicavam por melhores condições laborais, regularização do labor feminino, abolição do trabalho noturno feminino e a redução da jornada de trabalho. Assim, a Conferência do Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho aprovou a resolução a qual regia sobre a igualdade salarial, bem como aprovou também a inserção de mulheres no serviço público.

Em 1922 foi fundada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, tal organização lutava pela conquista do voto feminino e ao ingresso das mulheres no âmbito laboral.

No ano de 1928 Celina Guimarães Viana tornara a primeira eleitora brasileira, no mesmo ano Alzira Soriano de Souza assumia o cargo de prefeita na cidade de Lajes, Rio Grande do Norte, contudo, ambos os atos foram anulados, iniciando assim o debate sobre o direito à cidadania das mulheres.

Na era Vargas foi concedido o sufrágio feminino no Decreto 21076, entretanto o direito à candidatura feminina e ao voto foi apenas conquistado e vislumbrado na Constituição de 1946. Posteriormente foi elegida a primeira deputada federal do país a Carla Pereira de Queiróz.

A Lei 4.212 de 1962, o Estatuto da Mulher Casada assegurou que a mulher não precisa mais da aprovação do esposo para laborar. Garantiu também a mulher o direito à herança e oportunidade de rogar pela guarda dos filhos em casos de separação.

Em 1975 havia o chamado O Movimento Feminino pela Anistia, o qual era coordenado Terezinha Zerbine, que lutava em prol da anistia à todas as pessoas que foram exiladas, presas, perseguidas e expulsas em razão de posições políticas na era militar. Este grupo era maioritariamente composto por mulheres que tiveram seus respectivos cônjuges torturados e assassinados na época do regime militar. A partir deste movimento, nasceu o Jornal Brasil Mulher, sendo dirigido pela jornalista Joana Lopes, em Londrina, cidade do Paraná. O jornal foi publicado durante os anos de 1975 a 1980 sendo visto atualmente como um dos métodos pioneiros no que

concerne a luta do movimento feminista no Brasil. Joana Lopes² relata em uma entrevista concedida a Elisabeth Cardoso como surgiu a ideia de criar o Jornal Brasil Mulher:

Ela traz circunstâncias para eu criar o Brasil Mulher. Eu estava na minha redação e uma jornalista me ofereceu a lista para assinar e me convidou para participar de uma reunião em São Paulo na casa da Zerbine, sobre o movimento da Anistia. Eu fui e voltei para Londrina com várias listas para colher assinaturas. Juntei um grupo de mulheres para trabalhar comigo neste recolhimento e em algum momento disse: “eu acho que valia até a gente fazer um boletim para tratar desse assunto”. Mas aí eu pensei bem e falei: “por que eu vou fazer um boletim se eu trabalho em um jornal? Por que eu não meto a cara e faço um jornal?” E, para divulgar a luta pela anistia, vou fazer uma matéria sobre o assunto no jornal que trabalho; chamo a Zerbine aqui para fazer uma conferência e, nesse (jornal) que eu criar, sai uma grande entrevista com ela. Nós juntamos localmente e começamos a fazer o B M: ela veio, deu a entrevista, fez a palestra, e eu a convidei para integrar o grupo para a gente tocar o jornal juntas. Ela levou a zero para vender e divulgou nas viagens que fazia pela anistia. (Elisabeth Cardoso. Op. Cit. P.85, 2004).

A princípio tal jornal tinha o cunho em evidenciar o movimento feminista pela anistia, de modo a alterar o modo de pensar do leitor perante o momento político crítico que o país vivia. Contudo, tal ideia abriu portas para a ampliação do movimento feminista no Brasil.

Prosseguindo no ano de 1975, no Rio de Janeiro realizou-se o Seminário Sobre o Papel e o Comportamento da Mulher na Sociedade Brasileira, nesse seminal foi trago a baila as condições que vivia a mulher brasileira, bem como, questões sobre a saúde física e mental, homossexualidade, discriminação racial e a democracia.

Não obstante, o ano de 1975 também contou com a Reunião de Feministas em prol ao Ano Internacional da Mulher, também executado no Rio de Janeiro, esta reunião foi considerada com uma referência no que tange a inserção das mulheres negras no movimento feminista, trazendo à tona a herança que os antepassados deixaram sobre a objetificação das mulheres negras.

O ano de 1977 contou a promulgação da Lei nº6.515, a Lei do Divórcio, a qual foi pioneira a tratar sobre rompimento dos casamentos.

Em 14 de outubro de 1979, uma equipe feminina de Judô inscreveu-se para disputar o campeonato Sul-Americano, porém com nomes masculinos, pois nesta época estava em vigência o Decreto 3199 o qual impedia as atletas do sexo

² Entrevista com Joana Lopez concedida a Elisabeth Cardoso. 11/11/2003. CARDOSO, Elisabeth. Op. Cit. 2004. p.85. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp111835.pdf>>

feminino realizar modalidades esportivas adversas com as condições femininas, tais como: beisebol, halterofilismo, futebol e suas extensões, pólo e pólo aquático. Mesmo com a inscrição sendo realizada nesta condição o país conseguiu o título, motivo o qual o governo militar que era vigente aquela época entendeu por bem derrogar o decreto.

Aos dias 29 de agosto de 1985 o Ministério da Justiça criou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Mais tarde, em 2002, este conselho congregou a Secretaria de Políticas para as Mulheres, gerando a oportunidade de comunicação entre os movimentos sociais das mulheres e o governo.

A denominada Carta da Mulher Brasileira aos constituintes, apresentada no dia 26 de março de 1987 contou com várias reuniões pelo país afora, além de contar com mil e quinhentas mulheres presentes no Congresso Nacional. Esta carta abarcou conquistas no campo do direito e 80% delas foram inseridas na Constituição.

Ainda sobre a Constituição de 1988, além da carta mencionada no parágrafo anterior, também houve o Lobby do Batom, movimento organizado por feministas e 26 deputadas federais, que teve por finalidade assegurar que a Constituição da República incorpore a igualdade entre mulheres e homens.

Durante o IX Encontro Nacional Feminista, realizado em Pernambuco no ano de 1987, notou-se que não havia na pauta a questão racial. Com isso foi estabelecido que ocorreria o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, o qual foi realizado dentre os dias 02 a 04 de dezembro de 1988, que contou com aproximadamente 450 mulheres negras. Com o resultado grandioso foi realizado outros encontros, como em 1991 e 1994 que foi o II Seminário Nacional de Mulheres Negras.

Em 2002 no governo de Fernando Henrique Cardoso foi criada a Secretaria de Estados dos Direitos da Mulher, porém no governo Lula que tal secretaria ganhou notoriedade, tornando a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Ainda no ano de 2002, um evento denominado o I Encontro das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira foi realizado com o intuito de propiciar a participação de mulheres indígenas.

Em 2006, entrou em vigor a Lei 11.340/2006, a Lei Maria da Penha, que visa coibir e punir a prática de violência doméstica e familiar contra todas as mulheres, que será mencionado detalhadamente ao decorrer do estudo.

Em março de 2015 foi criada a lei 13.104/2015 que alterou o artigo 121 do Código Penal, inserido como qualificadora no crime de homicídio a condição de ser mulher, e no rol dos crimes hediondos.

Ante todas as conquistas apresentadas neste capítulo, nota-se a resistência estatal em ouvir os protestos e tomar providências sobre. Observa-se ainda que as soluções foram tomadas paulatinamente, ou seja, o Estado só deu passos quando os movimentos vinham à baila. Inequívoco, entretanto, a importância dos movimentos sociais para a criação e desenvolvimentos das políticas públicas, temática a ser desenvolvida no capítulo que segue.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS

Este capítulo possui como intuito explicar a origem, a criação e o desenvolvimento das políticas públicas voltadas para as mulheres no Brasil.

3.1 Origem

Desde a antiguidade, pensadores e filósofos pesquisavam e refletiam sobre as funções do Estado, mais precisamente sobre o que fazer ou deixar de fazer. Contudo, as políticas públicas surgiram em meados do século XX nos Estados Unidos, na seara acadêmica e de conhecimento, estudando sobre a ação dos Governos, acerca daquilo que o governo tinha a obrigação ou não de fazer.

No que concerne a política pública no governo esta surgiu durante a Guerra Fria, como mecanismo utilizado para tomar decisões. O pioneiro desta política nos Estados Unidos foi Robert McNamara que contribuiu para a criação da RAND Corporation, a organização não governamental custeada por fundos públicos, considerada a vanguardista dos “think tanks³”.

Considera-se como os fundadores das políticas públicas, a saber: Lasswell, Simon, Easton e Lindblom. Harold Lasswell, sociólogo e cientista político, em meados dos anos 30, tencionando adaptar a sabedoria científica e acadêmica,

³Think Tanks é uma expressão norte-americana denominada como “fábrica de ideias” ou “círculo de reflexão”, que pode ser entendida como uma sociedade de pessoas especialistas, criando organizações de modo a propiciar estudos e debates de cunho político, econômico, estratégico.

elaborou a análise de política pública, criando diálogos sobre interesses governamentais entre cientistas sociais.

Simon apresentou o entendimento de sendo limitado dos *policy makers*, sob alegação que o comeditamento da racionalidade seria capaz de minimizar estudo racional, pois entende que o pensamento dos decisores públicos são limitadas pelos problemas de falta de informação e tempo insuficiente para tomar decisões.

Já Easton definiu as políticas públicas como uma associação entre a formulação, resultado e ambiente, de modo que estas recebem insumos (inputs) dos partidos e mídia que auxiliam nos resultados das políticas públicas.

Por fim, Lindblom propôs a inclusão de aspectos acerca da formulação e estudo das políticas públicas, como a interação do poder e a inserção das fases do processo decisão que não possui princípio ou fim.

3.2 Conceito

A expressão política pública abarca diversas definições, assim sendo, neste tópico será evidenciado alguns conceitos, para ao final criar um próprio conceito deste termo com base nos entendimentos expostos.

Preceitua o Manual das Políticas Públicas confeccionado pelo Sebrae, que as políticas públicas são um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução ou não de problemas da sociedade.

João Martins Tude define a política pública como um conjunto das decisões e ações propostas geralmente por um ente estatal, em uma determinada área, de maneira discricionária ou pela combinação de esforços com determinada comunidade ou setores da sociedade civil.

Para Celina Souza, pode-se resumir o que seja política pública como o campo de conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações. Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou mudanças desejadas no mundo real.

Maria das Graças Rua define como um conjunto de decisões e ações de problemas políticos.

Leonardo Secchi compreende a política pública como uma ação elaborada no sentido de enfrentar um problema público.

Ante todas as elucidações sobre as políticas públicas, pode concluir-se que esta se configura como um instrumento desenvolvido por um ente estatal visando resolver e quiçá erradicar um problema social reclamado pelo povo.

3.3 Como é Elaborada uma Política Pública?

Neste tópico será evidenciado passo a passo dos instrumentos utilizados para criar uma política pública. Não obstante, para facilitar o entendimento, além dos outros exemplos que foram mencionados posteriormente, será utilizado um problema social, no caso a agressão a mulher, de modo que este virá à tona a cada tópico tratado, bem como será moldado a estes.

3.4 Identificação do problema

Inicialmente, para se criar uma política pública é necessário que o problema seja identificado. Assim sendo, o problema se dá pela insatisfação de algo no meio social, e este pode se dar a qualquer momento. Mais precisamente, a identificação do problema baseia-se em uma situação que afeta de algum modo a vida das pessoas, de modo a deixá-las insatisfeitas. Um problema pode ganhar relevância de forma paulatina, bem como pode estar sempre evidente.

O problema público pode ser identificado, por exemplo, quando há melhorias em um lugar, despertando assim um problema em outro local, ou seja, os bairros A e B foram criados em 1990 e nunca foram asfaltados e isso nunca foi “problema” para os moradores de ambos os bairros. Entretanto, neste ano o bairro B foi asfaltado, a partir disso, os moradores do bairro A começaram a queixar sobre as condições de pavimento do local, entendendo como a melhor saída para resolver este problema a implementação do asfalto nas ruas do bairro.

Utilizando outro exemplo mais direcionado ao tema, não se sabe ao certo quando as mulheres começaram a sofrer agressões físicas dentro de suas casas pelos seus respectivos maridos, contudo, Maria da Penha Maia Fernandes, foi uma dessas vítimas de agressões aplicadas por seu cônjuge Marcos Viveros. Ele tentou matá-la por duas vezes, a primeira com um tiro nas costas que a deixou paraplégica

e a segunda por eletrocussão durante o banho. Com o tempo, Maria da Penha escreveu um livro chamado “Sobrevivi...posso contar”, obra que revela todas as agressões sofridas por seu marido. Ela também entrou em contato com o Centro para Justiça e o Direito Internacional (CEJIL-Brasil) e Comitê Latino-Americano do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM-Brasil) que repassaram o caso em forma de petição em face do Estado brasileiro acerca da impunibilidade à violência doméstica sofrida para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos.

Sjöblom⁴ (1984, apud Secchi 2010, p.35) compreende que a identificação do problema envolve os seguintes aspectos:

- a percepção do problema: um problema público não existe senão na cabeça das pessoas. Um problema público, portanto, é um conceito subjetivo ou, melhor ainda, intersubjetivo. Uma situação pública passa a ser insatisfatória a partir do momento em que afeta a percepção de muitos atores relevantes.
- a definição ou delimitação do problema: a delimitação do problema envolve definir quais são seus elementos, e sintetizar em uma frase a essência do mesmo. No momento de delimitação de um problema também são criados os norteadores para as definições do conjunto de causas, soluções, culpados, obstáculos, avaliações. Exatamente por isso a delimitação de um problema público é politicamente crucial no processo de elaboração de uma política pública. Há de se destacar, no entanto, que qualquer definição oficial do problema é temporária. Nas fases sucessivas de formulação das alternativas e, principalmente, na implementação, os problemas públicos são redefinidos e adaptados por políticos, burocratas, e os próprios destinatários da política pública.
- a avaliação da possibilidade de resolução: costuma-se dizer que um problema sem solução não é um problema. É claro que nem sempre as políticas públicas são elaboradas para resolver completamente um problema, e sim apenas para mitigá-lo ou diminuir suas consequências negativas. No entanto, dificilmente um problema é identificado socialmente se não apresenta potencial de solução. (Secchi, p.35, 2010).

Destarte, ficam incumbidos de atentar-se aos problemas públicos, os chamados atores, que são os agentes, os partidos políticos e as organizações não governamentais. Entretanto, alguns usam desse problema para “beneficiar-se” ou sejam, tocam na “ferida” social para ganhar votos, direciono tal fato aos candidatos de partidos políticos que usam os problemas sociais como forma de plano de governo, caso eleito, trabalha para sanar o problema formando a agenda, tópico a ser tratado a seguir, caso não eleito o problema permanece à baila.

⁴ Disponível em: <http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/K218466.pdf>

3.5 Formulação de Agenda

Após a identificação do problema, insere-se a Agenda, que é basilar no que tange a definição de métodos a serem adotados para sanar o problema identificado.

Mas afinal, o que é a agenda? Agenda é a fase do processo de políticas públicas que seleciona os problemas identificados que carecem de mais atenção e partir disso planeja a solução destes da seguinte forma: estudando o problema identificado, de modo a ressaltar seu local de atuação e os motivos que implicam sua existência; avaliando o custo-benefício de saneamento de tal problema, bem como se há recursos à disposição; avaliando a necessidade de implementação da política através de possível mobilização social quanto ao problema.

Assim, sendo os atores (visto no capítulo anterior) reúnem para discutir sobre os problemas sociais mais pertinentes, e as possibilidades de saná-los.

Contudo, o governo federal estabeleceu o chamado Plano Plurianual entre os anos de 2007 a 2011, o qual desenvolveu cerca de 210 programas no Poder Executivo que ampliara em projetos e iniciativas. Nesta linha, para que um problema social seja inserido na Agenda Governamental não basta apenas a discussão entre os atores, mas também é necessário que haja dados que comprovem o nível de tal problema e se houve projeto anterior que trouxe benefícios, tais como solução para encerrar o problema.

Trazendo o problema base deste capítulo, após identificar que mulheres sofriam agressões físicas e verbais de seus cônjuges, e Maria da Penha resolveu relatar os acontecimentos através de livro e contato com entidades internacionais, em 2001, a Comissão Interamericana no informe 54⁵ condenou o Estado brasileiro por omissão, intolerância e negligência no que concerne à violência doméstica contra as mulheres. Com isso, Marcos Viveiros foi preso em 2002, e as ONG's Advocacy, Agende, Cepia, CFMEA, Cladem/Ipê e Themis apresentaram uma proposta exigindo a necessidade de originar uma lei que condenasse a violência doméstica contra pessoas do sexo feminino.

Observar-se-á que após uma “pressão” as entidades chegaram ao consenso que era de suma importância criar um mecanismo legal que evitasse a propagação das agressões, bem como encarcerou um cidadão que estava impune há anos, e,

⁵Disponível em <http://www.sbdp.org.br/arquivos/material/299_Relat%20n.pdf>.

por fim, é notável que apenas a identificação do problema não é eficaz para levar um problema a frente.

3.6 Formulação de políticas

A partir do momento que o problema é identificado e repassado para os atores, estes escolhem os primaciais e começam a trabalhar na criação de métodos para resolvê-los.

Sendo assim, a fase de formulação de políticas públicas é o momento em que são discutidos pelos atores os métodos definidos na fase da agenda.

Neste interim, os atores analisam e conversam sobre suas preferências de instrumentos, bem como expõem o conhecimento adquirido acerca do método e como ele contribuirá para sanar o problema. Contudo, analisar-se-á ainda a viabilidade deste mecanismo na seara política, financeira e técnica, e os riscos que adoção deste instrumento pode trazer, sendo essencial escolher o menos nocivo e eficaz para os interesses sociais.

Trazendo nosso exemplo base à baila, após ONG's e entidades pressionarem o Brasil a reconhecer que era necessário criar uma lei que punisse e evitasse a violência doméstica contra a mulher, este assunto foi encaminhado ao governo federal, mais precisamente à Secretaria Especial de Políticas as Mulheres, criando um grupo de pessoas, maioria delas representantes de demasiados ministérios brasileiros (podendo considerar como atores) que chegassem ao consenso de elaborar um projeto de lei e repassar ao Congresso Nacional.

Todavia, o presidente da época Luiz Inácio Lula da Silva, realizou diversas audiências, tencionando planejar um texto cheio de instrumentos que coibissem e repudiassem a violência familiar e doméstica contra a mulher no âmbito brasileiro. Tendo como as principais ideias sugeridas pelos atores a criação de um Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar, bem como modificação da Lei de Execução Penal. Código Penal e Processual Penal.

Nota-se que Maria da Penha sofria agressões desde 1980 e conseguiu a ordem judicial para sair de casa depois de anos, bem como a prisão de seu marido apenas em 1991 e mesmo assim este conseguiu a liberdade. Através de seu livro publicado em 1994, algumas ONG's e entidades governamentais resolveram identificar o problema, formar agenda e políticas públicas, mas tudo isso a partir dos

anos 2000, ou seja, mais de 20 anos para iniciar a criação de leis que dessem voz as mulheres para denunciar agressões dentro de casa, no âmbito familiar.

3.7 Tomada de Decisões

Após os problemas serem devidamente identificados, serem inseridos no rol das prioridades, a chamada agenda, não obstante discutir sobre a elaboração de técnicas eficazes para sanar os problemas é chegada a hora de colocar decidir dentre as alternativas expostas na formulação, bem como o prazo que se dará para criar por completo a política pública. A partir das escolhas, estas serão inseridas em leis, decretos, normas e demais instrumentos da administração públicas.

No processo de tomada de decisão também é definido se este será aberto ou fechado, escolhendo assim os participantes, assim sendo, caso seja aberto deverá ser estabelecido a participação ou não aos beneficiários, podendo ser tomada via votações ou não. A escolha da forma de votação é de suma importância, haja vista que as formas de decisão podem vir a apresentar adversos controladores da fase da agenda, ocasionando resultados diferentes.

O processo de tomada de decisão possui os seguintes modelos:

- a) Modelo de decisão racional:
- b) Modelo de decisão “incremental”:
- c) Modelo de decisão da “lata de lixo”:

A fim de trazer conceitos sucintos sobre os modelos de tomada de decisão usarei o Guia de Políticas Públicas: Gerenciando Processos. Assim sendo o modelo de decisão racional.⁶:

É construído sobre o pressuposto de que as consequências de cada opção de política pública alternativa podem ser conhecidas com antecedência. Os tomadores de decisão devem escolher a opção que maximize o alcance de seus objetivos, valores e metas individuais. O modelo é “racional” no sentido de que, pelo menos em teoria, ele pode levar à forma mais eficiente de atingir objetivos de políticas públicas. (Wu e Ramesh, p.81, 2014.).

No que concerne o modelo de decisão incremental⁷, o mencionado guia entende que este método:

Analisa a tomada de decisão pública como um processo de restrição de tempo e informação, caracterizado por conflitos, negociações e compromisso entre os tomadores de decisão com interesses próprios. Em vez de adotar alternativas de “maximização”, nesse modelo, espera-se que

⁶Guia de Políticas Públicas: Gerenciando Processos, p.81.

⁷Guia de Políticas Públicas: Gerenciando Processos, p.81 e 82.

as decisões tomadas por negociação sejam o resultado de “sucessivas comparações limitadas” que os tomadores de decisão fazem por novas propostas *versus* os resultados de decisões anteriores, resultando normalmente apenas em mudanças “marginais” ou “incrementadas” do *status quo*. As decisões enfim tomadas representam mais o que é politicamente viável, no sentido de satisfazer os interesses dos diversos participantes, em vez de o que poderia ser tecnicamente desejável em um clima de políticas com menos incerteza. (Wu e Ramesh, p.81 e 82, 2014.).

Por fim o modelo de decisão “lata de lixo”⁸, também conhecido como *garbage can*, o Guia nos ensina que:

A segunda alternativa para modelos de decisão racional é o chamado modelo de “lata de lixo”, que se aplica quando há um grande número de tomadores de decisão e uma grande dose de incerteza sobre as causas dos problemas e suas soluções. Argumenta-se que, em tais situações, os resultados das políticas públicas não terão nem mesmo uma modesta semelhança com a racionalidade encontrada no incrementalismo e, ao contrário, refletirão os desejos temporários de quem realmente é capaz de dominar, embora transitoriamente, o processo de tomada de decisão. Nesse modelo, as ideias de maximização, encontradas no modelo racional, ou de otimização, encontradas no modelo incremental, são em grande parte abandonadas. Em vez disso, argumenta-se que há uma propensão ao surgimento de um princípio de satisfação, em que a tomada de decisão envolve simplesmente satisfazer quaisquer padrões ou metas que foram definidos por um grupo de decisores de políticas no momento da decisão. (Wu e Ramesh, p.82, 2014).

Tendo em vista os conceitos acima, resume-se que enquanto o modelo de decisão racional é moldado por suposições idealizadas sobre a consequência de cada política escolhida, de modo a optar pela política que alcance os valores e objetivos da sociedade. Quanto ao modelo incremental este coloca os atores em lide, ajustando os interesses, de modo a extrair deste uma negociação que resulte na solução de problemas, contudo que não cause mudanças alarmantes ao meio social. E por fim o método “lata de lixo” ignora os dois procedimentos citados anteriormente e foca no encontro de soluções e problemas, sob a égide do princípio da satisfação, priorizando cumprir as metas definidas no grupo de decisores de políticas públicas.

Retornando ao exemplo base a fim de concluir este tópico, foi desenvolvida a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, a fim de contribuir para a implementação da Lei 11.340/06. Esta CPMI averiguou a violência doméstica contra as mulheres brasileiras, onde concluíram que faltava prioridade política no acareamento da violência contra as mulheres mais desamparadas, como as mulheres negras, indígenas e ribeirinhas. A partir dessa conclusão, foi arquitetada e discutida a elaboração da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

⁸Guia de Políticas Públicas: Gerenciando Processos, p.82

– SPM/PR a qual possui cooperação dos municípios e estados da federação. Com isso foi criado métodos para satisfazer e sanar o problema que era a agressão à mulher (tomada de decisão), como por exemplo, os Centros de Atendimento à Mulher em situação de violência, Centros Integrados da Mulher, Casas-Abrigos, Casas de Acolhimento Provisório, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Domésticas e Familiar contra a Mulher, Ouvidoria a mulher e etc.

3.8 Implementação de Políticas Públicas

Após passar pelos trâmites de agenda, formação de políticas e tomada de decisão é chegada hora de transformar as decisões em ações, através da implementação da política pública.

Entende-se que a implementação é a extração de todo o conteúdo discutido e a colocação da possível solução em prática, de forma prévia. Para Luciana Leite Lima e Luciano D'Ascenzi, “o campo de estudos de implementação de políticas públicas está fortemente atrelado às necessidades de melhorias nos processos políticos-administrativos, que permitam o incremento das atividades implementadoras”.

Para Brian Hogwood e Lewis A, Gunn⁹:

A implementação é possível se as circunstâncias externas ao agente implementador não impõem obstáculos paralisantes; se o programa dispõe de tempo adequado e recursos suficientes; se a combinação baseia-se numa teoria de causa-efeito válida; se a relação entre causa e efeito é direta e se existem poucos ou nenhum vínculo de interferência; se as relações de dependência são mínimas; se existem compreensão e acordo sobre os objetivos; se as tarefas estão totalmente especificadas e na sequência correta; se há perfeita comunicação e coordenação; e se as autoridades podem pedir e obter perfeita obediência. (Hogwood e Lewis, 1981, p.238).

Para Gabriela Spanghero Lotta¹⁰ (2010):

A fase da Implementação diz respeito ao momento em que as políticas já formuladas entram em ação e são colocadas em prática. A literatura

⁹Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3132/1/Coletanea_pp_v1.pdf>

¹⁰ LOTTA, G.S. Implementação de Políticas Públicas: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos Burocratas de Nível de Rua no Programa Saúde da Família.

apresente diferentes concepções sobre como esse processo se dá, considerando, de forma central, quem toma as decisões dentro do processo de implementação, ou seja, se elas vêm de cima e são implementadas (visão top down) ou se elas são reconstruídas a partir de baixo (visão bottom up). A questão que está em jogo é sobre que atores tem influência no processo de implementação e quais são os impactos que cada um desses atores produzirá sobre os resultados das políticas públicas. (Lotta, 2010, p.27.).

Conforme salientado pela Gabriela Spanghero Lotta, no processo de implementação de políticas públicas existe duas visões, as quais serão conceituadas a seguir.

A visão top-down, baseia nas decisões políticas que os autores tomam no processo de implementação de políticas, contudo, as decisões são adotadas de forma centralizada, posteriormente os autores indagam de qual jeito os processos e propósitos surgiram, bem como de qual forma as políticas foram reestruturadas para ser inseridas em casos concretos. Pressman e Wildavsky (1973) apud Lotta (2010) entendem que a visão top down é um processo de interação entre o ambiente dos objetivos e as ações geradas para adquiri-los.

A visão bottom up segue o método de observação, analisando se há necessidades de modificações durante o tramite das ações. Majone (1995) apud Lotta entende nessa perspectiva há importância mínima de objetivos e planos, o que importa são os processos, na medida em que os resultados não são previsíveis. Considerando esses dizeres, nota-se que essa visão enxerga a política pública como algo maleável, flexível, de fácil resolução de problemas e divergências caso tal política venha a acarretar, de modo a abrir precedentes para resultados diversos.

A partir disso, compreende-se que a fase de implementação é o processo onde são observados se determinadas políticas estão contribuindo para o saneamento de certo problema social e se estas precisam de reparo ou atualização para adequa-se a tal situação. Com isso os atores usam de mecanismos, determinados de visões para acompanhar o andamento da política de perto, sendo sua aplicação de “cima para baixo” ou sua reformulação “a partir de baixo”, como visto acima.

Trazendo à baila, o exemplo base deste trabalho, a Lei Maria da Penha foi sancionada em 07 de agosto de 2006. Partindo do pressuposto que os anos se passaram e novos acontecimentos foram julgados como importantes, foi necessário inserir mais artigos de modo que atendesse as novas demandas sociais, como

listado no artigo 10-A da referida lei que foi incluído pela lei 13.505 de 2017¹¹, que estabelece que:

Art. 10-A. É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores – preferencialmente do sexo feminino – previamente capacitados.

§ 1º A inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de testemunha de violência doméstica, quando se tratar de crime contra a mulher, obedecerá às seguintes diretrizes:

I – salvaguarda da integridade física, psíquica e emocional da depoente, considerada a sua condição peculiar de pessoa em situação de violência doméstica e familiar;

II – garantia de que, em nenhuma hipótese, a mulher em situação de violência doméstica e familiar, familiares e testemunhas terão contato direto com investigados ou suspeitos e pessoas a eles relacionadas;

III – não revitimização da depoente, evitando sucessivas inquirições sobre o mesmo fato nos âmbitos criminal, cível e administrativo, bem como questionamentos sobre a vida privada.

§ 2º Na inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de testemunha de delitos de que trata esta Lei, adotar-se-á, preferencialmente, o seguinte procedimento:

I – a inquirição será feita em recinto especialmente projetado para esse fim, o qual conterá os equipamentos próprios e adequados à idade da mulher em situação de violência doméstica e familiar ou testemunha e ao tipo e à gravidade da violência sofrida;

II – quando for o caso, a inquirição será intermediada por profissional especializado em violência doméstica e familiar designado pela autoridade judiciária ou policial;

III – o depoimento será registrado em meio eletrônico ou magnético, devendo a gravação e a mídia integrar o inquérito.

Não obstante, houve inclusão do artigo 24-A e seguintes pela lei 13.641/2018¹² da mencionada lei, como podemos ver abaixo:

Do Crime de Descumprimento de Medidas Protetivas de Urgência

Descumprimento de Medidas Protetivas de Urgência

Art. 24-A. Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei:

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos.

§ 1º A configuração do crime independe da competência civil ou criminal do juiz que deferiu as medidas.

¹¹ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13505.htm >

¹² Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13641.htm >

§ 2o Na hipótese de prisão em flagrante, apenas a autoridade judicial poderá conceder fiança.

§ 3o O disposto neste artigo não exclui a aplicação de outras sanções cabíveis.

A partir do exemplo acima, nota-se que a fase de implementação permanecesse ativa no âmbito da Lei 11.340/06 de modo que os autores viram a necessidade de adaptar a lei incluindo novos ditames e vetando alguns artigos desta lei que estavam em roga, como os artigos 12-B, §§1º e 2º.

3.9 Avaliação

A avaliação é o último processo da política pública, este possui a finalidade em avaliar se a implementação de determinada política atingiu os resultados e objetivos esperados. Este pode se dar no momento da implementação (fase anterior) ou pós-implementação da política.

Para tanto Garcia¹³ define o processo de avaliação como:

Avaliação é uma operação na qual é julgado o valor de uma iniciativa organizacional, a partir de um quadro referencial ou padrão comparativo previamente definido. Pode ser considerada, também, como a operação de constatar a presença ou a quantidade de um valor desejado nos resultados de uma ação empreendida para obtê-lo, tendo como base um quadro referencial ou critérios de aceitabilidade pretendidos. (Garcia, p.7-70, 2001).

Neste íterim, entende-se também que o uso da avaliação é orientado para ação, assim, a prioridade dela é fornecer informação, Thoenig (2000)¹⁴.

Assim sendo, com base no Material Didático para Ensino à Distância, Políticas Públicas: Conceitos básicos¹⁵ a fase de avaliação possui tipos, os quais veremos a seguir:

- a) Avaliação de Desempenho: averiguar se a política pública em roga está produzindo ou se está indo além dos objetivos estabelecidos.
- b) Avaliação de adequação de desempenho: comparativo do que foi estabelecido no “papel” e o que está acontecendo na prática, de modo a observar se a política está cumprindo suas metas, bem como se precisam ser reestruturadas e reimplantadas para alcançar os anseios.

¹³Garcia, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações dação governamental. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n.23, p.7-70, jan./jun.2001.

¹⁴A avaliação como conhecimento utilizável para reformas de festão pública. Revista do Serviço Público, Brasília, v.51, n.2, p.54-70, abr./jun.

¹⁵Material Didático para Ensino à Distância. Políticas Públicas: Conceitos básicos.

- c) Avaliação de esforços: são os cálculos dos custos da política implementada, para compor uma linha de dados que possam vir a ser inseridas em outras avaliações.
- d) Avaliação de processo: analisa os instrumentos inseridos na política de modo, a estudar a possibilidade de simplificar a política, tornando-a mais célere e eficaz.
- e) Avaliação de eficiência: apreciam os gastos do programa, levantam os dados, analisam se determinada quantidade e qualidades dos produtos podem ser reduzidos, mantendo a eficiência da política.

Este procedimento não depende de mecanismos de dados próprios, normalmente é um *feedback*, o governo cria uma espécie de pesquisa de satisfação, colhendo a opinião social, a qual é vista de suma importância para o governo, mesmo ocorrendo falhas ou triunfos.

O exemplo que está sendo utilizado desde o início deste capítulo será finalizado apontando alguns resultados dos anos de 2009 a 2010 obtidos com a implementação da lei, as informações que serão tragas neste tópico foram extraídas do artigo Avanços e Obstáculos na Implementação da Lei 11.340/06, da autora Wânia Pasinato.

Sobre as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, foi retomada a instauração de Inquérito Policial para averiguar a autoria e materialidade do crime, afastando a aplicação de alguns dispositivos da lei 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais) no âmbito de violência doméstica. Contudo, a queixa pertinente é a dificuldade de os policiais militares conseguirem testemunhas do crime, o que acaba acarretando a dilação dos prazos dos inquéritos policiais para conclusão, ocasionando a morosidade em solucionar os conflitos.

A solicitação de medidas protetivas de urgência deve ser encaminhada ao Juizado no prazo de 48 horas, tendo em vista que a medida protetiva está atrelada ao inquérito policial, está gera mais trabalhos aos agentes policiais.

Ao ser analisadas 27 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEMS voltadas a condições de funcionamento, sete dessas estavam em condições precárias e outras quatro inadequadas. Importante saliente que os aspectos analisados destas DEAM's foram limpeza, iluminação, distribuição de espaços, organização, conversação da mobília e ventilação.

Por fim, embora o horário de funcionamento das delegacias especializadas de atendimento à mulher são de 24h, com base no artigo supra este horário não é

suficiente em se tratando do atendimento dos profissionais para com as vítimas de violência doméstica, devendo ser analisado a qualidade deste serviço.

Assim, encerra-se o segundo capítulo do presente trabalho, o capítulo a seguir tratará sobre as políticas públicas femininas implantadas no governo de Fernando Henrique Cardoso a Dilma Rousseff, ou seja, de 1995 a 2016.

4 Análise da Implementação de Políticas Públicas nos Governos FHC, Lula e Dilma Rousseff.

No capítulo anterior foi possível notar que as políticas públicas são criadas a partir da análise dos problemas sociais mais “gritantes” na sociedade, de modo que os atores discutem e selecionam uma mazela a ser tratada, transformando-a na maioria das vezes como objeto a ser citado no programa de governo de um possível candidato. Assim sendo, o presente capítulo versará sobre as objetos passíveis de políticas públicas que foram implementadas nos planos de governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), de modo a demonstrar as principais queixas femininas que existiam na época, trilhando uma linha do tempo acerca dos problemas sociais femininos. Bem como apresentando os métodos que os citados governos acima tomaram para melhorar a problemática relacionada a políticas públicas para mulheres, no decorrer desses anos.

4.1 Mãos à Obra Brasil – Proposta de Governo de FHC (1994)

A proposta de Governo apresentada por FHC em 1994, em seu capítulo V intitulado como “A parceria Estado-Sociedade”¹⁶, apresenta as propostas destinadas as mulheres, caso FHC fosse eleito presidente do país.

A priori o presidencialista relatava que embora as mulheres estivessem com o nível educacional mais elevado que os homens em todos os graus de ensino, não obstante a porcentagem das brasileiras no mercado de trabalho seja a maior na América Latina, representando 40% da população economicamente operante, elas ocupavam os graus mais inferiores na mão-de-obra, bem como eram as primeiras a perderem o emprego quando houvesse instabilidade nas instituições. Apenas 3% delas assumiam cargo de chefia nas empresas, além de sua remuneração equiparar-se em apenas 43% do pagamento dos homens, sendo que 1/3 das famílias brasileiras pobres urbanas e 12% das rurais eram representadas por matriarcas.

¹⁶ Mãos à Obra Brasil, p.234,1994.

Por conseguinte, salientava a preocupação acerca da saúde das mulheres no país, informando que as moças com mais de 15 anos não possuíam orientação, tampouco assistência médica quanto as suas doenças, ocorrendo a gravidez na adolescência e tendo como resultado altos índices de mortalidade, e as causas eram Pré-Eclâmpsia, infecção e hemorragia, as quais atingiam em sua maior parte a região Norte do país. Ressaltava ainda que o não acompanhamento das gestantes no pré-natal e as práticas demasiadas de cesarianas com esterilização contribuíram para o desencadeamento de mais enfermidades como câncer de mama e útero, além de do reumatismo.

Contudo, denotava que em seu governo trabalharia para extinguir a desigualdade social, violência doméstica, assim como promoveria a isonomia dos direitos, além de aumentar as oportunidades para as mulheres nas searas educacionais, habitacionais, laborais e de saúde direcionado ao campo da reprodução, apresentando as seguintes propostas de políticas públicas:

Saúde

- Implantar, de imediato, em todo país, o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher - PAISM, criado no Ministério da Saúde desde 1983, com a sua descentralização e municipalização.
- Implementar o Sistema de Informação e Registro da Saúde da Mulher.
- Criar um programa de emergência para diminuir a mortalidade materna e instalar, em todos os hospitais públicos, serviços de atendimento para os casos de aborto previstos em lei.
- Implementar o Programa Nacional de Parto, criado no Ministério da Saúde desde 1991.
- Desenvolver campanhas educativas sobre a prevenção do câncer uterino e de mama e da gravidez na adolescência.
- Disseminar informações e criar serviços de orientação sobre Aids.
- Incluir o diagnóstico de HIV na rotina do atendimento à mulher.
- Garantir o acesso da mulher aos métodos anticoncepcionais nos postos de saúde, com acompanhamento médico e orientação sobre seus demais direitos reprodutivos.

Trabalho

- Desenvolver planos rigorosos de fiscalização do cumprimento dos direitos trabalhistas, principalmente no meio rural.
- Desenvolver políticas de emprego e capacitação profissional para as mulheres, com prioridade para as chefes de família e mães solteiras.
- Garantir nos programas governamentais de crédito para pequenos produtores rurais e pequenos e microempresários o critério de igualdade de oportunidades.

Habitação

- Incorporar aos programas de habitação popular do governo a instalação de creches.
- Apoiar iniciativas de grupos de mulheres em projetos de construção ou melhorias habitacionais em sistema de mutirão.

Educação

- Promover uma ampla reavaliação dos livros didáticos e dos conteúdos programáticos dos cursos, retirando qualquer referência discriminatória sobre a mulher.

- Apoiar, em articulação com estados e municípios, programas de alfabetização para as mulheres no meio rural.
- Desenvolver campanhas de educação sexual e saúde reprodutiva, envolvendo escolas e comunidades.

Violência contra a mulher

- Desenvolver campanhas permanentes, por todos os meios de comunicação, sobre as diferentes formas de violência contra a mulher, principalmente as agressões no lar.
- Apoiar a implementação de programas de capacitação para profissionais que atuam nos serviços públicos de atendimento à mulher em situação de violência.
- Apoiar a implantação e equipamento das Delegacias de Defesa da Mulher em todo país.
- Estimular a disseminação dos 50S, apoiando iniciativas das comunidades para o combate à violência no lar.
- Garantir o cumprimento das convenções e tratados internacionais de Defesa dos Direitos da Mulher dos quais o Brasil é signatário.

Fernando Henrique Cardoso foi eleito com 55,22% dos votos válidos, tomando posse no dia 1º de janeiro de 1995. Com isso será analisado neste tópico quais políticas públicas que envolviam as mulheres foram implementadas por FHC em seu mandato.

Com relação a saúde, o presidente iniciou o programa de combate à AIDS, que era uma das enfermidades que mais tiravam a vidas das pessoas de 20 a 49 anos, a partir da distribuição de antirretrovirais, além de dar assistência e aplicar métodos de prevenção. A tabela abaixo denota a redução de casos de AIDS no país.

Tabela - Taxa de incidência de AIDS -casos novos

Ano	>1ano	1 a 4 anos	5 a 12 anos	13 a 19 anos	20 a 35 anos	40 a 59 anos	60 anos +	Total
1998	402	493	171	570	20595	7320	634	30185
1999	382	424	208	471	18177	6835	597	27094
2000	245	406	215	470	17890	7361	638	27225
2001	188	333	210	410	16546	7215	615	25517
2002	104	306	188	327	14134	6642	592	22293

Fonte: MSISEJDatasu< e R1PSAIIDB 2001.

Não obstante, implementou políticas de vacinas para extinguir doenças como o Sarampo, que afetava crianças de 9 meses e 14 anos, de modo que em 2000 a referida doença quase inexistia no país, conforme tabela abaixo:

Tabela - Incidência de sarampo- casos confirmados por Ano 1996-2002

Ano	Casos Confirmados
1997	53664
1998	2781
1999	908
2000	36
2001	1

Fonte: MSISE/Datasus e RIPSA/IDB 2001.

Ainda sobre a saúde, foram implementados mais insumos para o controle de outras doenças transmissíveis e vigilância sanitárias e epidemiológicas. Criou-se também o PAB – Piso Assistencial Básico, o que consistia em uma remuneração referente a cada habitante de determinados municípios que o governo destinava a estes para fins de custeamento da saúde básica nos municípios.

No que tange ao emprego, FHC criou o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, que subsidiava o seguro desemprego, abono salarial e o desenvolvimento econômico. Elaborou também o Plano Nacional de Formação Profissional, o qual visava reduzir as demissões e rotatividade, pretendendo elevar os índices de emprego e renda para os trabalhadores.

Complementou e colocou em prática o Programa de Geração de Emprego e Renda Rural, patrocinando as cooperativas, microempresas e pequenas empresas, incentivando as pessoas a laborar nesta modalidade.

Elaborou também o Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador, que em 1999 este mecanismo foi inserido nas searas educacionais, infraestrutura, administração pública, comércio, exportação e dentre outras instituições visando estagnar os índices de desemprego.

No que concerne a habitação, em 1996 criou-se a Política Nacional de Habitação, a qual tinha a finalidade de promover o direito à moradia para todas as pessoas.

No tocante a violência contra a mulher, o presidente anunciou o Programa Nacional de Direitos Humanos, como meio de fortificar a promessa de criação do Programa Nacional de Combate à Violência contra a Mulher, explanando sobre a possibilidade de estender determinado programa aos estados e municípios.

Após reestruturação da área da saúde, foi possível renovar a Comissão Intersectorial de Saúde da Mulher do Conselho Nacional de Saúde, elaborar e implementar medidas de prevenção ao câncer de colo de útero, distribuir métodos contraceptivos e criar os serviços de aborto legal.

4.1.1 Avança Brasil – Mais 4 anos de desenvolvimentos para todos. Proposta de Governo de FHC (1998)

Após quatro anos retomou o presidenciável a fala sobre as condições femininas no país, salientou novamente a saúde, mercado de trabalho e educação. Trouxe à baila, como inovação o Plano Nacional de Combate à Violência Contra a Mulher, bem como apresentou as seguintes propostas para as mulheres¹⁷:

- ampliar as metas do plano com ênfase na prevenção;
- preparar lei destinada a punir especificamente a violência doméstica;
- apoiar a instalação, em todo o território nacional, de casas-abrigo para mulheres vítimas de agressões domésticas, a exemplo das que já existem em nove estados;
- apoiar a expansão das Delegacias Especializadas da Mulher e a requalificação de seus quadros;
- adotar, nos hospitais da rede pública e conveniada, prontuário específico para as vítimas de violência doméstica e sexual.
- cumprir os prazos previstos no Plano e proceder à avaliação permanente de seus resultados, para que até o fim do próximo período de governo haja muito mais equilíbrio entre homens e mulheres na ocupação de cargos de chefia;
- rever os conteúdos dos cursos de admissão ou promoção de pessoal para eliminar possíveis discriminações entre mulheres e homens;
- manter o pagamento do auxílio-creche, de modo a reduzir a carga adicional suportada pelas mulheres que trabalham no setor público (e que acaba se traduzindo em desvantagem profissional), enquanto persistir a desigual divisão das responsabilidades familiares entre pais e mães.
- fortalecer o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher para que tenha participação ativa na formulação e no acompanhamento das políticas públicas correlatas, bem como na revisão da legislação vigente, a fim de eliminar toda e qualquer discriminação entre os sexos;
- dotar o Conselho dos meios que lhe permitam fomentar parcerias entre instâncias públicas e privadas voltadas para a promoção da condição feminina no país;
- estimular os governos estaduais e municipais a implantar organismos próprios de defesa dos direitos da mulher, a fim de formar uma rede de promoção da igualdade que cubra todo o território nacional.

Reeleito, com 53,06% dos votos válidos, FHC realizou algumas ações em prol das mulheres.

¹⁷ Avança Brasil: Mais 4 anos de desenvolvimentos para todos, p.296, 1998.

Em 1999, entrou em vigor uma norma técnica que visava resguardar e atender vítimas decorrentes de violência sexual, para tanto, habilitou os postos de saúde autorizando a estes o poder de criar mecanismos para conter tal prática, porém havia anseios de fazer determinada norma evoluir, como alterar os artigos do Código Penal que regem sobre o aborto, mas com números significativos de críticas e divergências essa aspiração não vingou da forma pretendida.

No ano de 2002, FHC deu origem a Secretaria Nacional de Direitos das Mulheres e a associou ao Ministério da Justiça, auxiliando no assessoramento da Presidência, seguindo os trâmites do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher criado em 1985 e mencionado no capítulo II deste projeto.

Haja vista, as criações de políticas femininas no governo Fernando Henrique, observa-se que os clamores sociais àqueles períodos se baseavam em medidas para combater o estupro, a desigualdade salarial, doenças como o câncer de colo de útero, HIV e gravidez na adolescência, pelo fato das condições de saúde da década de 1990 serem precárias.

4.2 Programa de Governo 2002 Coligação Lula Presidente – Compromisso com as Mulheres

O programa salientou que o Estado democrático possuía o dever de aniquilar todas as formas de discriminação sofridas pelas mulheres. E junto a sociedade pretendeu trabalhar para retirar de circulação meios que denigrassem a imagem da mulher, quer seja em casos de erotização ao corpo feminino, quer seja meios que apontavam as mulheres como objetos de submissão aos homens.

Visou o programa reconhecer o papel do Estado na luta pela igualdade de entre homens e mulheres, bem como ressaltou que os serviços sociais eram de obrigação do Estado e um não favor ou concessão, não existindo democracia sem direitos sociais coletivos¹⁸.

Destarte, o programa de governo tencionou garantir o direito ao trabalho das mulheres e autonomia pessoal delas, além das seguintes propostas:

¹⁸Compromisso com as Mulheres - Programa de Governo 2002 Coligação Lula Presidente.

- Promover a autonomia econômica das mulheres e a superação da pobreza feminina, garantindo sua inserção no desenvolvimento econômico e social, incentivando iniciativas produtivas e de geração de renda; capacitação para gestão de negócios; criação de condições para sua qualificação como trabalhadora urbana e rural;
- Incluir as mulheres no desenvolvimento econômico e social, partindo do conceito da universalidade e da equidade social.
- Implementar políticas de geração de emprego que contemplem todos os segmentos. Ampliar a fiscalização e controle, associadas a políticas de promoção que eliminem as diferenças salariais entre homens e mulheres. Garantir os direitos das mulheres pequeno - produtoras rurais.
- Promover os direitos e ampliação do acesso das mulheres à Justiça com a criação de defensorias públicas;
- Incentivar para que todas as trabalhadoras tenham documentos que as habilite ao crédito; difundir os direitos garantidos em lei. Regulamentar a titularidade da mulher nos empreendimentos financeiros de projetos habitacionais, assim como garantir às mulheres a titularidade da propriedade rural. Priorizar as mulheres no acesso ao crédito nas políticas de geração de renda, no campo e nos pequenos e médios empreendimentos.
- Prevenir a violência sexual e doméstica, estabelecendo uma Política Nacional de Combate e Prevenção à Violência Sexual e Doméstica, com ações que articulem prevenção e apoio às vítimas, bem como contribuir para alterar a legislação brasileira. Essa política será articulada com os Estados, no seu planejamento e execução.
- Propor modificações no Código Penal para que os crimes contra a mulher deixem de ser "crimes contra os costumes" e passem a ser crimes contra a pessoa; e que todas as formas de violência sejam tratadas como agressão. Promover uma revisão da lei e a criação de um juizado especial com capacitação para julgar e dar encaminhamento nos casos de violência doméstica.
- Criar mecanismos que possam proteger e dar garantias às mulheres vítimas de assédio sexual, para que não sejam obrigadas a abandonar seus empregos ou serem demitidas por não aceitarem chantagens sexuais.
- Garantir o acesso a serviços de apoio às mulheres em situação ou vítima de violência, incentivar e apoiar a criação de centros de atendimento que garantam informações e assistência gratuita nos âmbitos jurídico, médico e psicológico; albergues, casas ou outros espaços coletivos onde elas tenham condições de iniciar a reconstrução de suas vidas e possam se sentir seguras contra as ameaças e agressões; delegacias especializadas no atendimento às mulheres. Contribuir com os Estados na ampliação do o número de defensorias públicas.
- Criar campanhas educativas sobre os direitos das mulheres e de combate à violência de que são objetos; estabelecer com os meios de comunicação programas de construção de imagens e informações que reforcem a igualdade entre homens e mulheres.
- Melhorar o atendimento dos serviços públicos, em particular da saúde da mulher, integrando os centros de atendimento da saúde com os equipamentos de prevenção e atendimento às mulheres vítimas de violência.
- Ampliar o horário de atendimento dos serviços públicos, considerando que, atualmente, quase 50% das mulheres trabalham. Implantar uma Política Nacional de Saúde da Mulher, que leve em conta os problemas específicos vividos por elas, com prioridade para a ampliação da oferta de serviços de prevenção, diagnóstico e tratamento, com ênfase na dimensão educativa. Ampliar a rede de atendimento, para dar ampla cobertura aos serviços essenciais da saúde, favorecendo a autonomia das mulheres sobre seu corpo.
- Implementar o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher - PAISM, (ampliado e atualizado) que atenderá as mulheres em todas as

fases da vida, considerando as especificidades de raça/etnia, a orientação sexual, o fato de ser trabalhadora rural ou urbana, e das pessoas portadoras de deficiência.

- Reduzir os coeficientes de mortalidade materna através do acesso aos serviços de saúde de boa qualidade a todas as mulheres gestantes.
- Atender ao pré-natal, parto e pós-parto, com assistência em todas as situações que envolvam risco; dar continuidade ao incentivo ao parto normal e humanizado.
- Garantir ações preventivas e curativas em todas as enfermidades, considerando também os fatores de raça/etnia e a situação no mercado de trabalho.
- Capacitar os gestores públicos para a igualdade entre homens e mulheres, realizando treinamentos e qualificação profissional, com vistas à inserção de uma perspectiva de gênero e de raça na realização de políticas públicas.
- Criar e incentivar formas de comunicação alternativas visando desenvolver uma cultura de igualdade, com linguagem voltada ao respeito e à importância da libertação das mulheres da marca imposta de submissão.
- Incentivar o desenvolvimento de campanhas e o debate na sociedade, estimulando a construção de valores baseados nos direitos humanos e, em particular, no combate aos preconceitos e às discriminações relacionados ao racismo, às diferenças culturais, às diferenças sexuais, às diferenças de idade, e outras.
- Incentivar a elaboração de políticas habitacionais que contemplem a exigência de equipamentos coletivos de: lazer, escolas, creches, postos de saúde, serviços de segurança e de prevenção à violência à mulher;
- Influir no sistema nacional de educação para garantir uma educação de qualidade e não discriminatória, que vise formar uma cultura de igualdade entre homens e mulheres e propicie igualdade de condições para inserção no mercado de trabalho. Construir um projeto pedagógico baseado nos princípios da diversidade, equidade e justiça social.
- formular diretrizes, elaborar, executar conjuntamente e/ou coordenar políticas em todos os níveis no âmbito da administração pública, direta ou indireta, que garantam a implantação de uma política efetiva de igualdade entre homens e mulheres;
- elaborar em conjunto com outros Ministérios políticas públicas nas áreas que interferem diretamente na situação das mulheres na sociedade e trabalhar na execução e fiscalização dessas políticas;
- dar continuidade a levantamentos estatísticos em todas as áreas da administração pública federal, para diagnóstico atualizado sobre a participação de homens e mulheres, considerando também os fatores etnia e raça com o objetivo de corrigir distorções e efetivar a igualdade de oportunidades entre os sexos e promover a melhoria dos sistemas de geração de estatísticas do País, de modo a dar visibilidade à situação das mulheres nas áreas urbanas e rurais;
- criar um centro de documentação e dados que subsidie o trabalho da Secretaria, aberto a toda população e aos movimentos de mulheres,
- formular propostas de mudanças na legislação, criar condições para fiscalizar o cumprimento da legislação que assegure os direitos da mulher;
- elaborar um planejamento de gênero que normatize a ação do governo federal e, no que for possível, dos governos estaduais e municipais;
- coordenar campanhas educativas e antidiscriminatórias de caráter nacional, nas áreas de trabalho, saúde, violência, educação, divisão do trabalho doméstico.

Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito com 61,27% dos votos válidos. Em 2003, Lula, desvinculou a Secretaria Nacional de Direitos das Mulheres do Ministério da Justiça, alterando-a para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM, que possui como funções combater a violência contra as mulheres, garantir através

de políticas a igualdade de gênero, promover a diversidade e a autonomia econômica das mulheres.

Em 2003 instituiu pelo Governo Lula a Medida Provisória nº 132, posteriormente, mais precisamente em 2004 tornou a Lei nº10.836, intitulado popularmente como Programa Bolsa Família. Este mecanismo auxilia financeiramente as famílias de baixa renda que atendem os requisitos impostos na referida lei.

No governo Lula foi criada a Lei 11.096/05, o Programa Universidade para Todos, vulgo ProUni, que concede bolsas integrais ou parciais de estudo para os graduandos em instituições privadas de ensino, para aqueles que atendam aos requisitos estabelecidos nessa lei.

Ainda sobre educação, Lula expandiu o programa desenvolvido por FHC em 1999 que é o FIES, suplente do Crédito Educativo criado durante o regime militar em 1976.

Visando criar um instrumento para o combate à violência doméstica, o governo Lula criou em 2005 o 180, central de atendimento à mulher que funciona nacional e internacionalmente, o qual é utilizado para realizar denúncias sobre violência contra mulheres, bem como promover a conhecimento das mulheres sobre a legislação que tutela seus direitos, e ainda pode encaminhar as mulheres para outros serviços disponíveis de ajuda.

Em 2006 promulgou a Lei 11.340/06, vulgo Maria da Penha, que empenha para erradicar os casos de violência doméstica no âmbito familiar, podendo a violência ser física, sexual, psicológica, patrimonial e moral, promovendo punições aos agressores e assistência para as mulheres vítimas da violência, como atendimento pela autoridade policial, medidas protetivas e dentre outros procedimentos. Punindo ainda o agressor, estabelecendo que ele cumpra as medidas protetivas impostas pelo magistrado sobre pena de coima, aplicação de detenção, a não possibilidade em utilizar as benesses previstas na Lei 9.099/95 que trata sobre o Juizado Especial Cível e Criminal, a probabilidade de ser afastado do lar e ser decretada sua prisão preventiva pelo juiz a requerimento do *Parquet* ou por representação da autoridade policial.

4.2.1 Lula de novo com a Força do Povo – Programa de Governo em 2007

Tencionando ser reeleito, Lula alegou que pretendia reforçar as políticas de igualdade as mulheres, bem como incentivá-las a ter participação social.

Ofereceu ainda as seguintes propostas para as mulheres¹⁹:

- Desenvolver ações afirmativas que permitam incluir as mulheres no processo de desenvolvimento do país, por meio da promoção da sua autonomia econômica e de iniciativas produtivas que eliminem as diferenças salariais entre homens e mulheres.
- Prevenir a violência sexual e doméstica, fortalecendo a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, com ações que articulem prevenção e apoio às vítimas, em parceria com os estados e municípios.
- Implementar a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, nos marcos do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), contemplando as especificidades de raça/etnia, orientação sexual, idade e local de trabalho (rural ou urbano).
- Formular propostas de mudanças na legislação, para fiscalizar o cumprimento das leis que assegurem e ampliem os direitos da mulher.
- Incentivar a participação das mulheres nos espaços de poder na sociedade e nas decisões das políticas públicas.

Deveras, Lula foi reeleito com 60,83% dos votos válidos. Em 2009 lançou um programa que tinha como objetivo auxiliar as famílias com renda mensal bruta de até R\$.1600,00 (hum mil e seiscentos reais) que possuíssem o anseio de ter sua casa própria, através da construção de casas, selecionando as famílias que atendessem aos quesitos do programa que além da renda mencionada acima, a família deveria estar filiada a uma instituição autorizada pelo Ministério da Cidade.

Durante a vigência do governo houve investimento em tecnologias de estímulo econômico em áreas rurais, assim como foram elaborados programas voltados a agricultura como o Pronaf Mulher e o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, que contribuíram significativamente para as mulheres obterem as Carteiras de Trabalho e Previdência Social devidamente assinadas, valorizando e impulsando o trabalho e cultivo no campo pelas mulheres.

Contudo, o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, tinha o propósito de fortificar as instituições rurais, bem como oportunizar para as mulheres

¹⁹ Lula de Novo com a Força do Povo, p.30, 2007.

do campo o exercício de atividades laborais em seu meio, através de vínculos com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Secretaria de Políticas Especiais as Mulheres, Ministério da Pesca e da Agricultura, incentivando a participação das mulheres em feiras nacionais de agricultura.

Todavia, o governo Lula também contou com a participação feminina nos ministérios, tendo os seguintes nomes²⁰: Benedita da Silva, Dilma Rousseff, Emília Fernandes, Erenice Guerra, Izabella Teixeira, Márcia Lopes, Marina Silva, Marta Suplicy, Matilde Ribeiro, Nilceia Freire e Sandra Meira Starling.

Em 2008 entrou em vigor o Programa Empresa Cidadã, o que tem a finalidade de prorrogar a licença-maternidade das mulheres, através de incentivo fiscal.

Ao decorrer do mandato do ex-presidente Lula, observa-se que os objetivos contidos em seus programas de governo e ações no governo do presidente basearam-se em propiciar o ensino superior as pessoas menos favorecidas, criar instrumentos para combater e denunciar práticas de violência contra a mulher, oportunizar as mulheres urbanas e rurais a obtenção do emprego com carteira assinada, contribuir para que o direito à moradia fosse conquistado, implementando o Programa Minha Casa Minha Vida e auxiliando financeiramente as famílias compostas por matriarcas em alguns casos, através do Bolsa Família.

4.3 Os 13 Compromissos Programáticos de Dilma Rousseff para Debate da Sociedade Brasileira – Programa de Governo de 2010.

No programa apresentado pela presidenciável, esta ressaltava as melhorias que ocorreram nos últimos 08 anos de mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o qual compunha o mesmo partido político.

²⁰Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Categoria:Ministros_do_Governo_Lula>

Assim sendo, em suas diretrizes, Dilma não se referiu em tópico exclusivo as mulheres, porém colocaram-nas em prioridade igualitária com homens, negros, e indígenas, como podemos ver a seguir²¹:

Serão ampliadas as iniciativas legais e administrativas que, no governo Lula, promoveram a igualdade de direitos e de oportunidades para mulheres, negros, populações indígenas, idosos e para todos os setores da sociedade discriminados, seja pela sua condição social, deficiência, etnia, ideias, credos ou por sua orientação;

Tais iniciativas, juntamente com programas de habitação e de melhoria do transporte urbano, terão impacto sobre as condições de vida de milhões de homens e mulheres que se concentram nas cidades de grande e médio portes. A política industrial levará em conta critérios ambientais, da mesma forma que as políticas fiscais e de crédito. sexual. Por meio de políticas públicas, todos esses segmentos serão beneficiados pela proteção do Estado, visando a melhores condições de vida;

O governo Dilma dará especial atenção ao acesso ao trabalho formal de homens e mulheres, em particular aos jovens e aos segmentos sociais hoje mais discriminados. Ampliará os programas de apoio à inserção de jovens no mercado de trabalho e alternativas para inserção ocupacional dos beneficiários do Bolsa Família.

Dilma Rousseff foi eleita com 56,05% dos votos válidos. No ano de 2011, criou o Rede Cegonha, o que tinha por finalidade ampliar os atendimentos as mulheres grávidas do país.

Ainda no ano de 2011, Dilma alterou o Programa Minha Casa Minha Vida dando preferência as mulheres a assinatura da escritura, podendo serem estas casadas e divorciadas.

Em agosto de 2013, entrou em vigor a Lei nº 12.845 que trata acerca da assistência às mulheres vítimas de violência sexual, devendo os hospitais fornecerem o atendimento com urgência as vítimas, além de fornecer apoio psicológico e social, e providenciar o exame de DNA para fins de identificação do agressor, bem como instruir as mulheres sobre os direitos que possuem em casos de violência sexual. Neste mesmo mês foi promulgado o Decreto nº8.086²², o Programa Mulher: Viver sem Violência, o qual possui como diretrizes:

Art. 2º São diretrizes do Programa Mulher: Viver sem Violência:
I - integração dos serviços oferecidos às mulheres em situação de violência;

²¹ Os 13 Compromisso Programáticos de Dilma Rousseff para Debate da Sociedade Brasileira, p.11, 2011.

²²Disponível <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/D8086.htm>

- II - transversalidade de gênero nas políticas públicas;
- III - corresponsabilidade entre os entes federados;
- IV - fomento à autonomia das mulheres e à garantia da igualdade de direitos entre mulheres e homens;
- V - atendimento humanizado e integral à mulher em situação de violência, observado o respeito aos princípios da dignidade da pessoa humana, da não discriminação e da não revitimização;
- VI - disponibilização de transporte à mulher em situação de violência para o acesso aos serviços, quando não integrados, da rede especializada de atendimento;
- VII - garantia e promoção de direitos das mulheres em situação de violência, em especial do acesso à justiça;
- VIII - os eixos estruturantes do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; e
- IX - as diretrizes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

4.3.1 Mais Mudanças, Mais Futuro – Programa de Governo de Dilma Rousseff em 2014.

O programa de governo apresentado pela presidente elencou as conquistas que o seu partido obteve ao longo dos 08 anos que estava no poder.

Desta feita, no programa da presidente as mulheres foram lembradas novamente da seguinte forma²³:

Mais empoderamento, autonomia e violência zero serão as diretrizes das nossas políticas para as mulheres no próximo período da Presidenta Dilma. A implementação da Casa da Mulher Brasileira será decisiva para este objetivo, assim como as medidas de promoção da igualdade.

Nesta linha, Dilma foi reeleita com 51,64% dos votos válidos. O Programa Casa da Mulher Brasileira foi instituído em 2013 como forma de extensão do Programa Mulher Viver sem Violência, o qual acolheu e acolhe mulheres que sofrem violência doméstica, fornecendo métodos para que esta recomesse sua vida a partir de treinamentos e trabalhos, visando deixá-las aptas ao mercado de trabalho.

Em 2014 o Teste de triagem neonatal foi inserido nos hospitais, que contribuiu para a detecção de graves enfermidades em gestantes.

No ano de 2015, o governo Dilma implementou o Programa Mais Médicos, o qual designava médicos para todas as partes do país, até as mais remotas, provendo a assistência médica de 63 milhões de brasileiros.

²³ Mais Mudanças, Mais Futuro, 2011.

Não obstante, no ano de 2015 o Código Penal, mais precisamente no artigo 121, capítulo que trata os crimes contra a vida, foi alterado, sendo inserido como qualificadora o crime de homicídio realizado contra mulher por condição do sexo feminino, sendo atribuído em violência no âmbito familiar e pelo menosprezo a em razão de ser mulher.

Em dezembro de 2015 entrou em vigor a Lei 13.239 que proporciona as mulheres que foram agredidas o procedimento plástico cirúrgico que visa reparar as sequelas causadas pela violência.

Todavia, em meados de 2016, a então presidenta Dilma Rousseff foi impeachmada, sendo acusada de crime de responsabilidade, em virtude de pedais fiscais e por possui créditos suplementares sem devida outorga legislativa.

Diante todo o exposto, contata-se que período de vigência do mandato de Dilma para com as mulheres foi revestido em propiciar melhor saúde, emprego, segurança e independência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho elaborado teve o intuito demonstrar a importância do movimento social, evidenciando que caso seja relevante aos olhos dos atores, tal clamor social pode se tornar objeto de uma proposta de governo, bem como uma política pública implementada.

Contudo, o projeto foi articulado sobre os movimentos femininos, abrangendo os efeitos causados destes no mundo e no Brasil desde a Revolução Francesa, apontando as principais mudanças recorrentes que estes grupos proporcionaram a humanidade.

Ao trabalhar a temática dos movimentos sociais femininos, assim como as políticas públicas, foi possível compreender como nasce uma política pública, quais são os trâmites utilizados, e a importância de ir as ruas manifestar determinada indignação por um direito não adquirido em sua totalidade, como por exemplo o direito à isonomia previsto na Constituição Federal de 1988 que não atribui de forma ampla que homens e mulheres são iguais perante a lei, tendo as mulheres que manifestar e reivindicar direitos, como o fim da desigualdade salarial e de gênero.

Analisando cada seara que o presente trabalho caminhou, foi possível notar que a luta da mulher na sociedade existe há muitos anos, mais precisamente desde os primórdios da sociedade, haja vista que as mulheres eram vistas como procriadoras e cuidadoras de lar, apenas, não vislumbrando um futuro melhor a não ser casar cedo, cuidar de casa, dos filhos e do marido, não estudando, não podendo ir às ruas por qualquer motivo, bem como não podendo questionar seu cônjuge, ou seja, tendo que ser submissa ao esposo. E aquelas que tivessem aspirações divergentes das descritas acima, estas poderiam optar por não casar e serem rechaçadas no âmbito social ou guardar tal anseio para si e viver como as outras subalternas.

Entretanto, a luta incansável feminina propiciou que alguns direitos básicos e simples fossem conquistados, como estudar, votar e ser votada, trabalhar, vestir roupas de acordo com seu gosto, ter voz ativa na sociedade, ocupar cargos

renomados de empresas conceituadas, poder utilizar de métodos contraceptivos e possuir mais perspectivas de vida, um futuro promissor.

Todavia, ainda há resquícios de um fenômeno chamado Machismo que impede que as mulheres possam ter a tão sonhada independência, liberdade, felicidade e segurança na sociedade, por não bastar a submissão que algumas pessoas entendem que as mulheres devem seguir, há cousas assolam ainda a condição da mulher na sociedade, como o abuso sexual, o estupro, o assédio moral e violência doméstica, as quais são práticas que contribuem para o medo e inibição de desejos, como por exemplo, voltar à noite de uma festa ou da faculdade, pode ser pretexto para pessoas praticarem estupro ou roubo ou furto.

Como dito anteriormente, os atores em algumas ocasiões “aproveitam” de algumas mazelas sociais para torna-las instrumento de plano de governo. Sendo assim, nos últimos 23 anos, os ex-presidentes colocaram a mulher brasileira em seus projetos de governo, visando trilhar um futuro promissor a elas. O qual foi de suma importância para este trabalho, pois foi possível notar quais eram os clamores sociais daquelas épocas, sendo viável criar uma linha do tempo das maiores aspirações femininas, ainda podendo compará-las com as atuais ou analisando quais desejos foram sanados e quais ainda perpetuam.

Sendo assim, nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, as mulheres na visão dele e almejavam melhores condições na saúde, habitação, trabalho e violência. Já Luiz Inácio Lula da Silva planejou trabalhar sobre a autonomia da mulher na sociedade, moradia, alterações do Código Penal, programas que viabilizam a capacitação da mulher para mercado, através do estudo e onde deixar os filhos caso sejam empregadas, com a ampliação das creches. E Dilma Rousseff direcionou seu programa de governo a tutelar e amparar as vítimas de violência doméstica, punir os agressores que agredem e assassinam mulheres pela condição de ser mulher, promover políticas de saúde desde a sua gestação, bem como propiciar reparos cirúrgicos aos danos físicos causados pela agressão. Como visto no capítulo anterior, os ex-presidentes não cumpriram na sua totalidade as promessas contidas nos planos de governo em relação as mulheres.

Isto posto, foi possível constatar que as mulheres ainda não conseguiram a igualdade salarial e de gênero que solicitam há tantos anos, e ainda não são

devidamente respeitadas na sociedade, e que pensamentos arcaicos ainda circundam a sociedade, de modo que mulheres ainda são maltratadas e estupradas, por motivos banais e inacreditáveis, como por exemplo, recusar a beijar determinada pessoa. Sendo de suma importância a continuação da luta pelo reconhecimento dos direitos básicos que as mulheres possuem.

Ao passar meses confeccionando este trabalho foi possível compreender novamente a importância do direito penal, constitucional e o público, assim como descobrir leis que as vezes passam despercebidas ao simples folhear do Vade Mecum, desvendando ainda o apreço por outras disciplinas que regem o ordenamento jurídico e são presentes no cotidiano.

O atual projeto contribui para informar a sociedade acerca da importância das políticas públicas e dos movimentos sociais, demonstrando a coletividade por qual motivo nasce uma reivindicação e o por que uma norma jurídica é criada. Pois em alguns casos apenas notícias veiculadas rapidamente em meios de comunicação não são suficientes para sanar a dúvida dos indivíduos. Além de conscientizá-los que todas as pessoas devem ter suas liberdades e independências protegidas, e que a prática de violência doméstica é crime, pode ser denunciada, e o agressor punido e a vítima terá amparo do Estado para se reestabelecer no âmbito social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVO DO BRASIL, 1988.
BRASIL CÓDIGO PENAL, 1940

CAPELLA, Ana Cláudia. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. In: Hochman, Gilberto; Arretche, Maria e Marques, Eduardo (org). Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2007 (pp.110-121).

CARDOSO, Fernando Henrique. Mãos à obra Brasil: proposta de governo de Fernando Henrique Cardoso. Brasília, s.ed., 1994

CARDOSO, Fernando Henrique. Avança, Brasil: proposta de governo/Fernando Henrique Cardoso. Brasília. S,ed 1998.

COIMBRA, Patrícia Direito das Mulheres Pós Constituição: Um Estudo Descritivo. Brasília. 2011

FILHO, A.P. Compromisso com as Mulheres – Programa de Governo 2002 Coligação Lula Presidente São Paulo, 2002.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações dação governamental. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n.23, p.7-70, jan./jun.2001.

HOGWOOD, Brian W.; GUNN, Lewis A. The policy orientation. Centre for the Study of Public Policy, University of Strathclyde, 1981

KINGDON, Jhon. “Como chega a hora de uma ideia e Juntando as coisas”. In: SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete. Políticas Públicas – Coletânea, Volume 1. Brasília, ENAP, 2006.

LOTTA, G.S. Implementação de Políticas Públicas: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos Burocratas de Nível de Rua no Programa Saúde da Família

Os 13 Compromissos Programáticos de Dilma Rousseff para Debate na Sociedade Brasileira. Disponível em:
https://deputados.democratas.org.br/pdf/Compromissos_Programaticos_Dilma_13%20Pontos_.PDF

RODRIGUES, Simone Maria de Melo. Violência Contra Mulher e Estratégias Para Seu Enfrentamento: Uma Revisão Bibliográfica. Vitória. 2013.

ROUSSEFF, Dilma. Mais Mudanças, Mais Futuro. Brasília, 2014

SILVA, L.I.L da. Lula de Novo com a Força do Povo. Brasília, 2007.

http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/entidades/entidades-como-participar.asp

<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u41521.shtml>

http://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/eleicoes98/resultados/1o_turno/presidente/geral/index.shl

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12845-1-agosto-2013-776663-publicacaooriginal-140646-pl.html>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-mulher>

http://cacphp.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario6/arqs/Trab_completos_estado_lutas_sociais/Moradia_politicas_publicas_governos_fhc_lula.pdf

http://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/_anos/1995.php?iframe=governo_fernando_henrique_cardoso

<http://www.cressrj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/118.pdf>

http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498697119_ARQUIVO_textocompleto-RaissaBarbosaAraujo.pdf

<https://historiadomundo.uol.com.br/idade-comtemporanea/impeachment-dilma-rousseff.htm>

http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0654.pdf

http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/maricato_politicaurbanafhc.pdf

<https://lula.com.br/defesa-das-mulheres-foi-prioridade-no-governo-lula/>

<https://www.otempo.com.br/capa/pol%C3%ADtica/fhc-e-lula-a%C3%A7%C3%B5es-favor%C3%A1veis-ao-aborto-1.365729>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8086.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11770.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13239.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm

<https://ptnosenado.org.br/governos-lula-e-dilma-13-anos-de-protagonismo-de-direitos/>

<http://www.pt.org.br/com-lula-e-pt-o-brasil-valorizou-as-mulheres-como-nunca-antes/>

<http://www.pt.org.br/13-pontos-que-provam-que-o-pt-e-moldado-pela-luta-das-mulheres/>

<http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20Gerenciando%20Processos.pdf>

http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3132/1/Coletanea_pp_v1.pdf

<http://siaibib01.univali.br/pdf/Leda%20Mara%20de%20Souza.pdf>

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200004

<http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/ligue-180-central-de-atendimento-a-mulher>

<http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/programa-mulher-viver-sem-violencia>

<https://www.todamateria.com.br/fernando-henrique-cardoso/>

<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1994/resultados-das-eleicoes-1994/brasil/resultados-das-eleicoes-1994-brasil>

<https://www.ufmg.br/congrext/Direitos/Direitos9.pdf>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Impeachment_de_Dilma_Rousseff

https://pt.wikipedia.org/wiki/Categoria:Ministros_do_Governo_Lula

https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei%C3%A7%C3%A3o_presidencial_no_Brasil_em_2010

https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei%C3%A7%C3%A3o_presidencial_no_Brasil_em_2014